

Oportunidade para o etanol na aviação civil

ARTIGO

Plínio Nastari e Luis Gustavo Junqueira Figueiredo

São, respectivamente, presidente da Datagro; e diretor comercial da Usina Alta Mogiana

O Brasil tem o mais exitoso histórico de uso de etanol carburante em transporte. Em 2023, o etanol substituiu 41,3% da gasolina automotiva consumida no País, e seu uso não tem se limitado ao uso no setor automotivo. A Embraer desenvolveu uma bem-sucedida aplicação para o etanol na aviação agrícola através do Ipanema, com mais de 1.600 unidades co-

mercializadas. É opção homologada, economicamente vantajosa e comprovadamente segura. No entanto, apesar deste histórico positivo, o etanol ainda não se estendeu a um uso mais geral na aviação civil.

Vários países enfrentam o desafio de formar pilotos, e empresas aéreas como American, British e Emirates criaram escolas próprias para sua formação. Um dos maiores obstáculos é o custo da hora voada, que tem como fator relevante o preço do combustível. No Brasil, o seu preço gira em torno de R\$ 14 por litro e dependendo do equipamento utilizado, implica consumo de 23 a 85 litros por hora, representando 30% a 35% do custo da hora voada.

Desenvolvimento de opções usando etanol poderá gerar um grande impulso à aviação civil e à formação de novos pilotos

Mas não só isso.

Gasolina de aviação implica outros cuidados. Com consumo nacional baixo, de cerca de 42 milhões de litros por ano, sua distribuição é onerosa num país continental. Contém chumbo tetraetila em sua composição para atin-

gir octanagem próxima a 100 AKI, substância banida na gasolina automotiva pelo grave impacto à saúde. Sua operação exige o controle da contaminação com água gerada por condensação do ar nos tanques das aeronaves: 10 ml a 20 ml são suficientes para gerar pane, sendo causa de muitos acidentes.

Essas limitações podem ser eliminadas com o uso do etanol, como ocorre na aviação agrícola. Tem octanagem de 110 AKI que permite operações de alta performance sendo, inclusive, usada em acrobacia aérea nos Estados Unidos. É isento de chumbo, de compostos aromáticos cancerígenos, e de enxofre que causa chuva ácida.

Pequenas contaminações com água são absorvidas pelo etanol por ser hidrófilo, não alterando sua faixa de especificação. É disponível em mais de 41.800 pontos de venda viabilizando seu abastecimento a qualquer tempo de forma confiável. É estável, não requerendo troca de produto armazenado por formação de goma, e seu preço atual ao consumidor gira em torno de R\$ 3,20 por litro, permitindo redução considerável no custo da hora voada.

Com o desenvolvimento de opções usando etanol, poderá haver um grande impulso à aviação civil e a formação de novos pilotos, permitindo também a exportação dessas aeronaves a países onde o etanol já é distribuído. ●

● **Nó tributário** ● **Regulamentação**

Para evitar 'protagonismo', grupo de trabalho não terá hierarquia

Por decisão de Lira, os trabalhos também não serão divididos por temas e nem haverá relatores e sub-relatores

DANIEL WETERMAN
BIANCA LIMA
BRASÍLIA

O grupo de trabalho formado pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), não terá presidente, relator ou sub-relator para as propostas que serão votadas em plenário. O texto com as propostas de regulamentação da reforma tributária enviado pelo Ministério da Fazenda ao Congresso nem sequer será dividido em temas – e, estes, distribuídos a relatores específicos. De acordo com integrantes do chamado G-7, segundo apurou o *Estado*, Lira deu total autonomia para o grupo fazer as discussões. O objetivo da inexistência de hierarquia no grupo de trabalho foi evitar concentrar protagonismo em um ou outro membro do grupo.

“Não vai ter relator, sub-relator, coordenador. Todo mundo vai se envolver com tudo”, diz o deputado Cláudio Cajado (PP-BA), colega de partido de Lira e escolhido por ele como relator do arcabouço fiscal no ano passado. Cajado, porém, considera essa relatoria mais desafiadora do que a do arcabouço por causa do prazo exigido. “Vamos ter de correr para votar. Não adianta ter feito a

REFORMA TRIBUTÁRIA

Primeira parte da regulamentação

Principais pontos

● Criação do Imposto sobre Valor Agregado (IVA)

● 5 tributos (PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS) viram 2: CBS (IVA federal) e IBS (IVA estadual e municipal)

● Transição até 2033

● Estimativa da alíquota do IVA: 26,5%

Como será a cobrança?



Cobrança passará a ser no destino (onde mercadoria é consumida), e não mais na origem (onde é fabricada)



Empresas vão se creditar dos impostos pagos na etapa anterior da cadeia. Ou seja, terão “desconto” no pagamento de futuros tributos. Prazo para creditamento: 60 dias, mas pode chegar a 270 dias



Profissionais liberais terão desconto de 30% no recolhimento do IVA incidente na prestação de seus serviços



Regimes específicos para combustíveis, serviços financeiros, cooperativas, planos de saúde, apostas, imóveis, futebol, turismo e lazer e missões diplomáticas



Cesta básica nacional: 15 itens com alíquota zero. Foco em alimentos in natura ou minimamente processados. Não inclui carnes, que terão alíquota reduzida



Cashback: devolução de parte dos impostos pagos para a população mais pobre. Botijão de gás, contas de luz, água e esgoto e gás encanado terão devolução maior



Imposto Seletivo sobre cigarro, bebida alcoólica, refrigerante, carro, barco, aeronave, minério de ferro, petróleo e gás natural



Split Payment: tecnologia vai separar, no ato da compra, o que é imposto e o que será a remuneração do fornecedor do bem ou serviço

FONTE: MINISTÉRIO DA FAZENDA / INFOGRÁFICO: ESTADO

PEC sem regulamentar. Então, teremos de fazer um esforço grande”, diz ele, lembrando que há consenso na Casa para a votação ocorrer até o recesso.

Lira deixou de fora do núcleo o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), seu colega de partido, que foi relator da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da reforma tributária e era o nome preferido do governo para relatar também o texto de regulamentação. “Estando no gru-

po, o deputado Aguinaldo poderia acabar inibindo a contribuição de outros pela sua própria natureza, mas será imprescindível a contribuição dele como um assessor permanente do grupo”, disse o deputado Luiz Gastão (PSD-CE).

ESCOLHA DE LIRA. Para a formação do grupo, os partidos encaminham uma lista de nomes a Lira – algumas bancadas mandaram mais de uma opção. Os no-

mes, porém, foram escolhidos diretamente pelo presidente da Câmara, ouvindo aliados mais próximos e presidentes dos partidos – que irão influenciar diretamente na escolha do seu sucessor ao comando da Casa. Assim, Lira contemplou as legendas maiores e aquelas que têm pré-candidatos à sucessão.

Além de Cajado e Gastão, a lista inclui parlamentares ligados ao setor de serviços, que se considerou prejudicado na reforma

aprovada em 2023, como o deputado Moses Rodrigues (União-CE). Também integram o G7 Reginaldo Lopes (PT-MG), um dos petistas mais próximos a Lira na Casa, e Joaquim Passarinho (PL-PA), presidente da Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE), grupo ligado a empresas de comércio e serviços. Completam a lista Hilário Rocha (MDB-MA) e Augusto Coutinho (Republicanos-PE).

“O presidente Lira nos deu total autonomia. Ele só nos fez um pedido: não deixar aumentar a alíquota-padrão do IVA (estimada atualmente pela Fazenda em 26,5%)”, afirmou Passarinho. “Todo mundo quer alguma condição especial. A nossa grande tarefa será não deixar isso acontecer para não pressionar a alíquota geral.”

PLANTÃO. O grupo de trabalho promoverá discussões, reuniões e audiências públicas até elaborar o relatório e tem poder similar ao de uma comissão da Casa. É dele que sairão os pareceres que serão votados no plenário.

Lira reservou até uma sala de “plantão” para o núcleo dos sete deputados, no Anexo 2 da Câmara. Eles vão se revezar para atender a parlamentares, representantes dos governos e lobistas que se interessam pelo projeto. O número da sala, porém, não agradou: 171. O mesmo do artigo do Código Penal que trata do crime de estelionato (*mais informações na pág. B4*).

Uma das maiores pressões sobre o grupo deve vir do lobby pela inclusão das carnes na cesta básica nacional, com alíquota zero, um pleito dos supermercados e do agronegócio. Essas proteínas estão na lista de alíquotas reduzidas, com desconto de 60% em relação à cobrança cheia. ●